

Relatório
**Mês Nacional
do Júri 2023**



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente

Ministro Luís Roberto Barroso

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro Luís Felipe Salomão

Conselheiros

Ministro Guilherme Caputo Bastos
José Edivaldo Rocha Rotondano
Renata Gil de Alcantara Videira
Mônica Autran Machado Nobre
Daniela Pereira Madeira
Jane Granzoto Torres da Silva
Giovanni Olsson
Pablo Coutinho Barreto
João Paulo Santos Schoucair
Marcos Vinícius Jardim Rodrigues
Marcello Terto e Silva
Daiane Nogueira de Lira
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral

Adriana Alves dos Santos Cruz

Secretário de Estratégia e Projetos

Gabriel da Silveira Matos

Diretor-Geral

Johaness Eck

EXPEDIENTE

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretária de Comunicação Social

Taciana Giesel

Coordenador de Múltiplos

Gabriel Reis

Revisão

Marlene Bezerra

Projeto Gráfico

Marcelo Gomes

DEPARTAMENTO DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS

Juízas Coordenadoras

Ana Lúcia Andrade de Aguiar
Lívia Cristina Marques Peres

Diretora Executiva

Gabriela Moreira de Azevedo Soares

Diretora de Projetos

Isabely Fontana da Mota

Diretor Técnico

Igor Tadeu Silva Viana Stemler

Pesquisadoras e pesquisadores

Alexander da Costa Monteiro
Danielly dos Santos Queirós
Felipe de Oliveira Antoniazzi
Jordana Maria Ferreira de Lima
Olívia Alves Gomes Pessoa

Estatísticos e Estatística

Davi Ferreira Borges
Filipe Pereira da Silva
Jaqueline Barbão

Apoio à Pesquisa

Lilian Bertoldi
Pedro Henrique de Pádua Amorim
Ricardo Marques Rosa

Estagiários e Estagiária

Renan Gomes Silva
Ninive Helen Horácio da Silva

COORDENADORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO E MEMÓRIA DO PODER JUDICIÁRIO (COIN)

Juíza Coordenadora

Ana Lúcia Andrade de Aguiar

Coordenadora

Pâmela Tieme Barbosa Aoyama

Equipe COIN

Julianne Mello Oliveira Soares
Luciana Rodrigues da Silva Castro
Renata Lima Guedes Peixoto
Rodrigo Franco de Assunção Ramos

2024

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

C755r

Conselho Nacional de Justiça.
Relatório mês nacional do júri 2023 / Conselho Nacional de Justiça –
Brasília: CNJ, 2024.

36 p.: il.
ISBN: 978-65-5972-132-0

1. Tribunal do júri, estatística. 2. Poder Judiciário, estatística I. Título.

CDD: 340

Relatório
**Mês Nacional
do Júri 2023**

Sumário

1. INTRODUÇÃO	7
2. RESULTADOS GERAIS	9
3. CONCLUSÃO	31
4. GLOSSÁRIO	32



1. INTRODUÇÃO

O tribunal do júri, no Brasil, é um órgão constitucional do Poder Judiciário (art. 5º, XXXVIII, Constituição Federal de 1988 – CF) responsável pelo julgamento dos crimes dolosos contra a vida descritos no Título I da Parte Especial do Código Penal.

Cabe registrar que tipos penais que não atentem contra a vida da vítima, ainda que acabem em morte – como o latrocínio ou a lesão corporal seguida do resultado morte – não são considerados como crimes contra a vida, portanto, não competem ao tribunal do júri (Súmula n. 603, STF).

Tendo em vista as atribuições do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – insertas no art. 103-B, § 4º, de I a VII, da CF – notadamente de dar transparência e aprimorar o sistema de justiça, o Conselho observou os dados processuais pertinentes a demandas de competência do tribunal do júri, como tempo e volume, e verificou a necessidade de providências para incrementar a eficiência nesses tipos de julgamentos, visando, principalmente, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação (art. 5º, LXXVIII, da CF). Assim, houve a institucionalização da realização anual de esforço concentrado de julgamento dos crimes dolosos contra a vida pela Portaria CNJ n. 69 de 11 de setembro de 2017.

Este relatório apresenta, conforme os arts. 6º e 7º da portaria mencionada, os resultados do esforço concentrado do Mês Nacional do Júri ano-base 2023, fornecendo informações e estatísticas acerca do programa. Entre os dados coletados pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), estão os quantitativos e a numeração de processos, as sessões realizadas etc., informações que são compiladas e analisadas com o fim de dar transparência e aprimorar a prestação jurisdicional.

Ao longo dos anos em que o programa – Mês Nacional do Júri – foi realizado, evidenciou-se que os dados são relevantes para acumular conhecimento sobre: os processos de homicídios; a capacidade dos tribunais em pautar processos e realizar sessões que resultem em sentenças; e as tendências estatísticas de julgamento que consideram vítimas e réus(rés) envolvidos(as).

A iniciativa não alcança somente magistrados(as) e servidores(as) dos tribunais de justiça estaduais, pois abarca a comunidade, considerando que o tribunal do júri é um mecanismo que viabiliza a união entre o Poder Judiciário e a sociedade para efetivar a aplicação da lei. O Mês Nacional do Júri ocorre em novembro de cada ano, desde 2016, nas comarcas designadas com essa competência.

No lançamento da última edição do programa, os tribunais foram orientados a dar preferência aos julgamentos dos seguintes processos:

- Femicídio – deve-se identificar os processos em que o homicídio envolveu violência contra a mulher;
- Homicídio por policial – no exercício ou não de suas funções;
- Homicídio que tem como vítima o(a) policial – em serviço ou não;
- Crimes dolosos contra a vida praticados contra menores de 14 anos de idade;
- Crimes dolosos contra a vida que aguardam segundo julgamento.

As estatísticas a seguir exibem a quantidade de: i) processos pendentes e pautados; ii) sessões designadas e realizadas; iii) absolvições e condenações, por tribunal e por tipo. Os dados mostram ainda a quantidade de magistrados(as) e servidores(as) envolvidos(as) em cada edição do programa, conforme relatórios disponíveis em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/mes-nacional-do-juri/>. A coleta das informações mais relevantes foi iniciada no ano de 2016, e o presente Relatório apresenta séries históricas, facilitando a comparação dos dados.

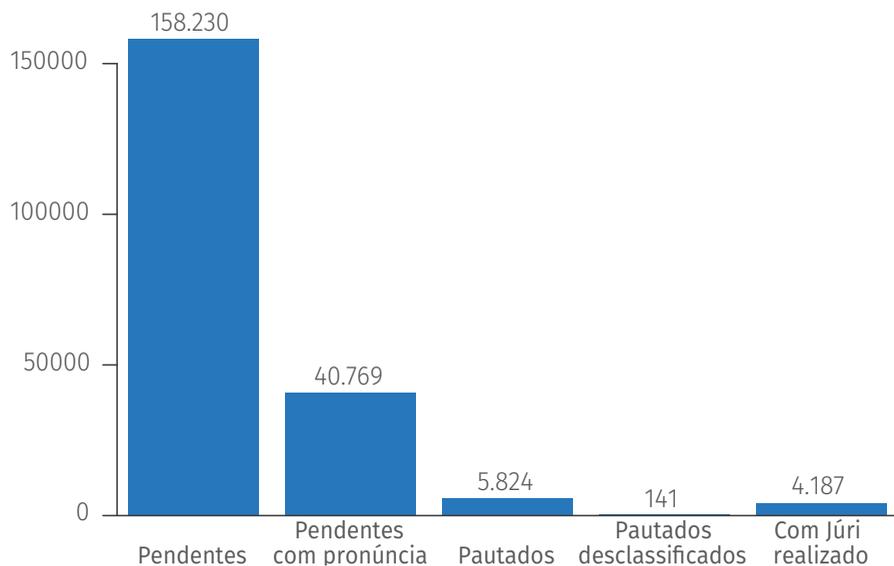
É importante ressaltar que, em razão da pandemia de covid-19, o programa Mês Nacional do Júri não foi realizado nos anos de 2020 e 2021. Portanto, a série histórica compreendida neste relatório considera os anos de 2016, 2017, 2018, 2019, 2022 e 2023. Desse histórico, verifica-se que os esforços feitos pelos tribunais de justiça estaduais são relevantes, mas ainda é preciso avançar.

2. RESULTADOS GERAIS

Este relatório apresenta informações de 2016 a 2023 do programa Mês Nacional do Júri¹, exceto os anos de 2020 e 2021, de que participam os 27 tribunais de justiça. A Figura 1 apresenta: i) o número de ações penais de competência do júri pendentes nas unidades judiciárias e que, em 31 de outubro de 2023, ainda não haviam sido julgadas; ii) o número de processos pendentes com réus ou rés pronunciados(as); iii) o número de processos pautados para julgamento no Mês Nacional do Júri; iv) o número de processos pautados que foram desclassificados²; e v) o número de processos com realização de pelo menos uma sessão do júri durante o mês do esforço concentrado.

Dos 158.230 casos pendentes, foram pautados 5.824 processos, o que corresponde a 3,7% do estoque total e 14,3% do estoque com réus ou rés pronunciados(as). Do total de processos pautados, 4.187 (71,9%) tiveram sessões de tribunal do júri realizadas durante o mês de novembro de 2023. Dessa forma, 10,3% das ações penais de competência do júri com réus ou rés pronunciados(as) em trâmite no Poder Judiciário tiveram alguma sessão do júri durante o mês do esforço concentrado.

Figura 1 – Número de processos pendentes e pautados no Mês Nacional do Júri em 2023

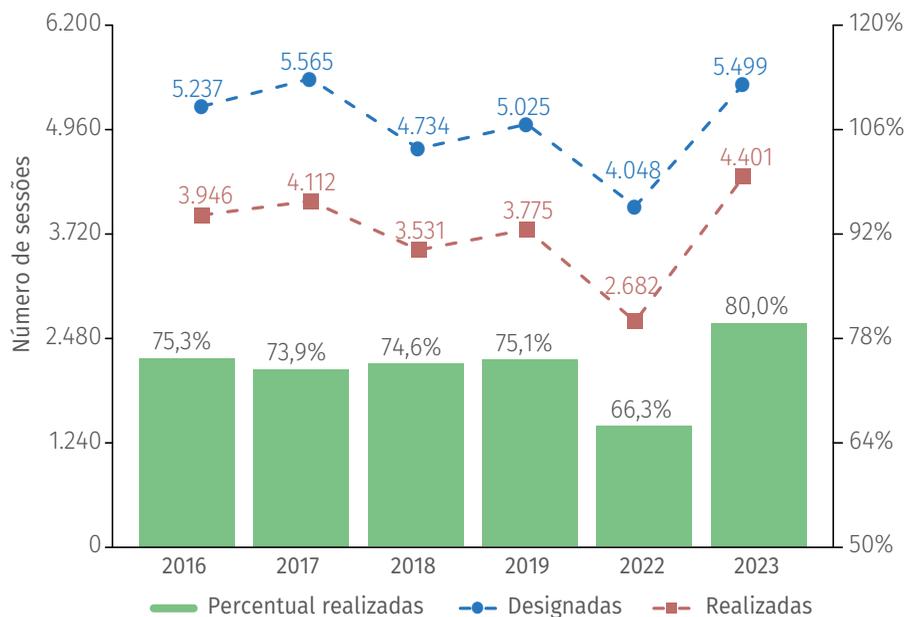


Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

Em 2023, ocorreu um aumento na quantidade de sessões de tribunal do júri designadas e realizadas, em relação a 2022. No último ano, o percentual de sessões realizadas (80%) foi o maior da série histórica, conforme a Figura 2.

¹ No ano de 2016, o programa Mês Nacional do Júri ainda não havia sido institucionalizado, todavia, o DPJ dispunha dos dados pertinentes e os apresenta na série histórica. A Portaria CNJ n. 69/2017 foi a norma que tornou o programa institucional.

² Processos retirados de pauta em razão da desclassificação para outro tipo penal que não seja de competência do júri.

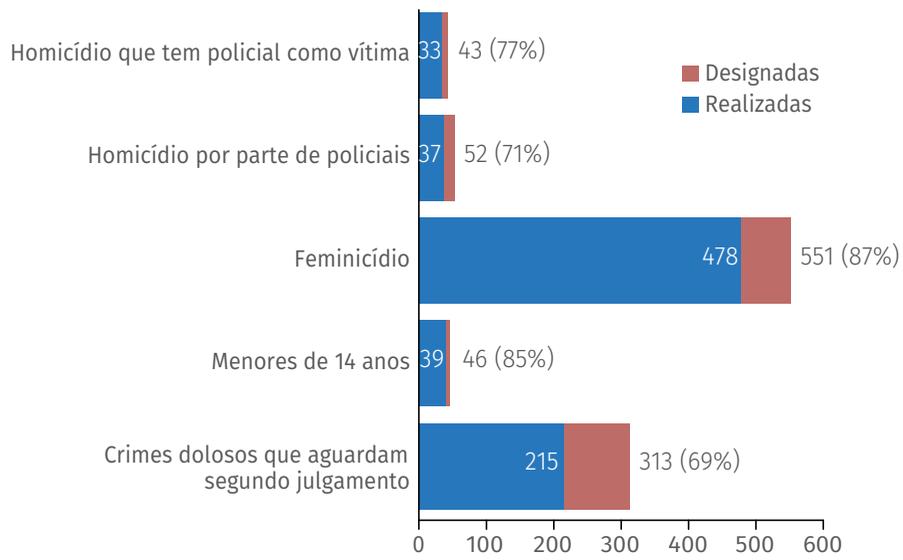
Figura 2 – Série histórica do total de sessões de tribunal do júri designadas e realizadas no Mês Nacional do Júri por ano

Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

Os processos de crimes de competência do júri praticados contra menores de 14 anos de idade constituíram apenas 0,9%, tendo havido sessão do júri em 85% das sessões designadas, conforme observado na Figura 3. Foram realizadas 69% das sessões designadas em crimes dolosos contra a vida que aguardavam segundo julgamento. Os percentuais de sessões designadas realizadas para os processos: i) de homicídio por parte de policial, ii) homicídio que tem policial como vítima e iii) feminicídio foram 71%, 77% e 87%, respectivamente.

Ao comparar os quantitativos de sessões de tribunal do júri realizadas no Mês Nacional do Júri de 2023 em relação a 2022, verifica-se que houve aumento de 68% nas sessões de tribunal do júri referente a crimes de feminicídio (284, em 2022, e 478, em 2023). Não houve mudança na quantidade de sessões relacionadas a homicídios por parte de policiais (37, em 2022, e 37, em 2023) e redução de 11% nas sessões em que há policial como vítima (37, em 2022, e 33, em 2023). Também ocorreu redução de 20% na quantidade de sessões de crimes praticados contra menores de 14 anos de idade (49, em 2022, e 39, em 2023).

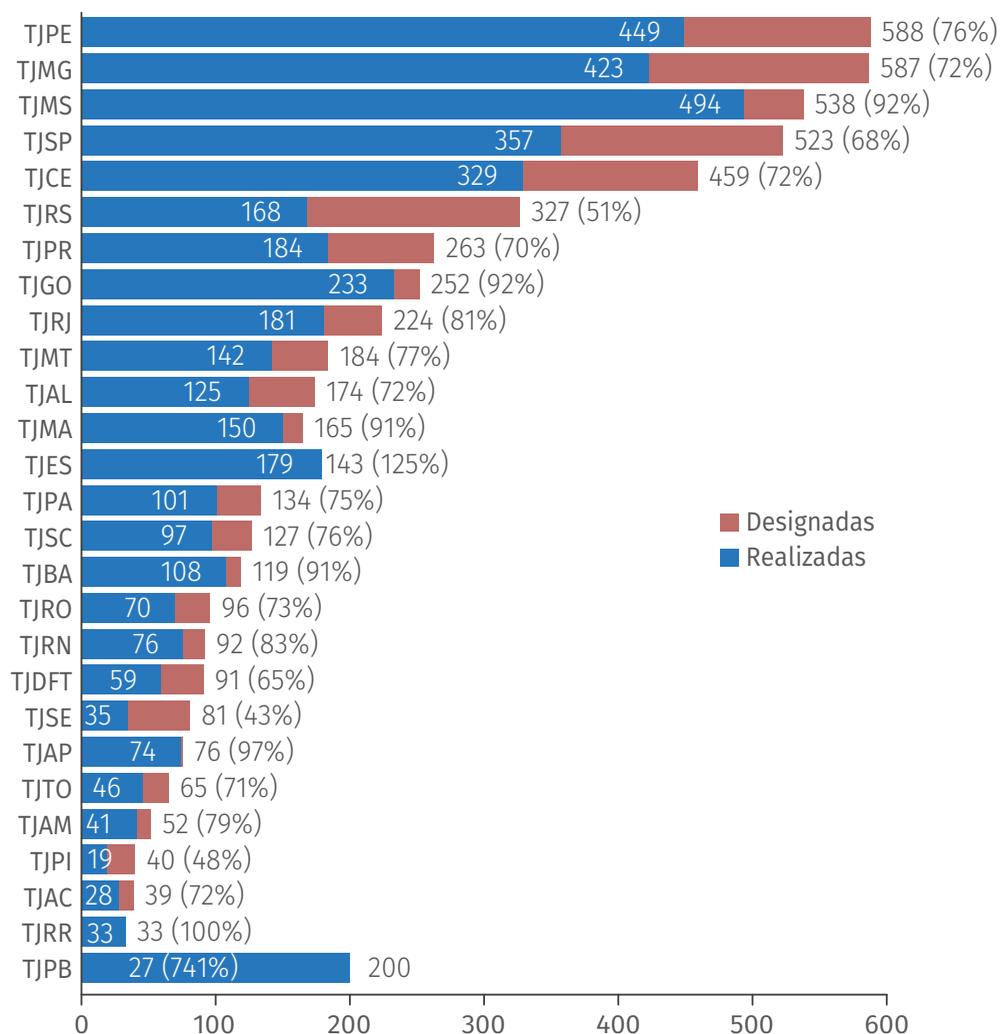
Figura 3 – Total de sessões de tribunal do júri designadas e realizadas no Mês Nacional do Júri por tipo



Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

O Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul realizou 92% das sessões do júri designadas no mês e efetuou a maior quantidade de sessões do júri, conforme a Figura 4.

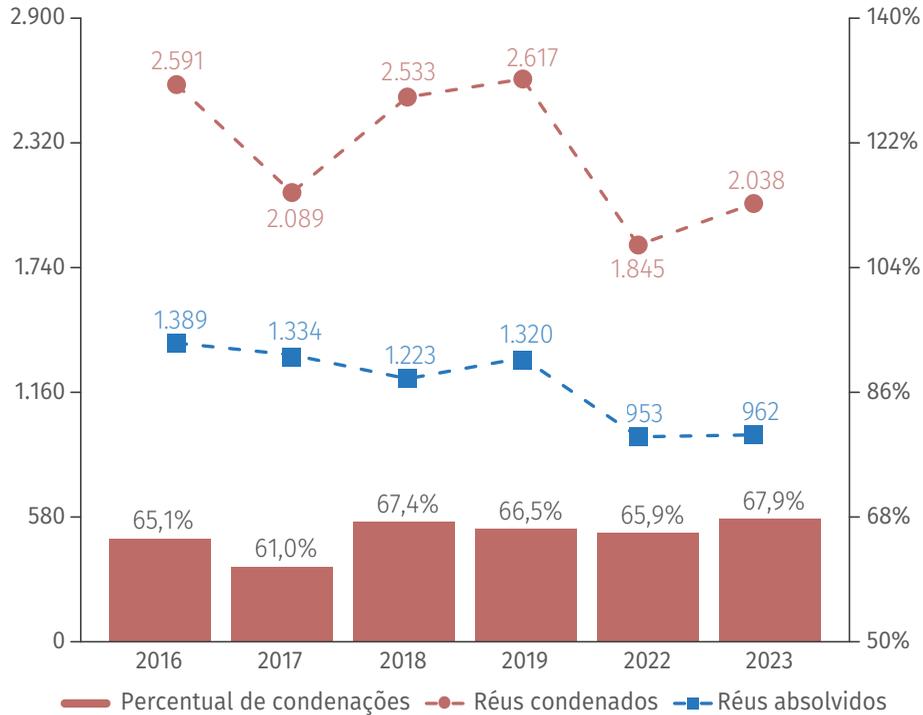
Figura 4 – Total de sessões de tribunal do júri designadas e realizadas no Mês Nacional do Júri por tribunal



Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

O Mês Nacional do Júri realizado em 2023 registrou o maior percentual de réus ou réas condenados(as) da série histórica, 67,9%, em que ocorreram 2.038 condenações e 962 absolvições (Figura 5).

Figura 5 – Série histórica do total de réus ou réas condenados(as) e absolvidos(as) nas sessões do júri

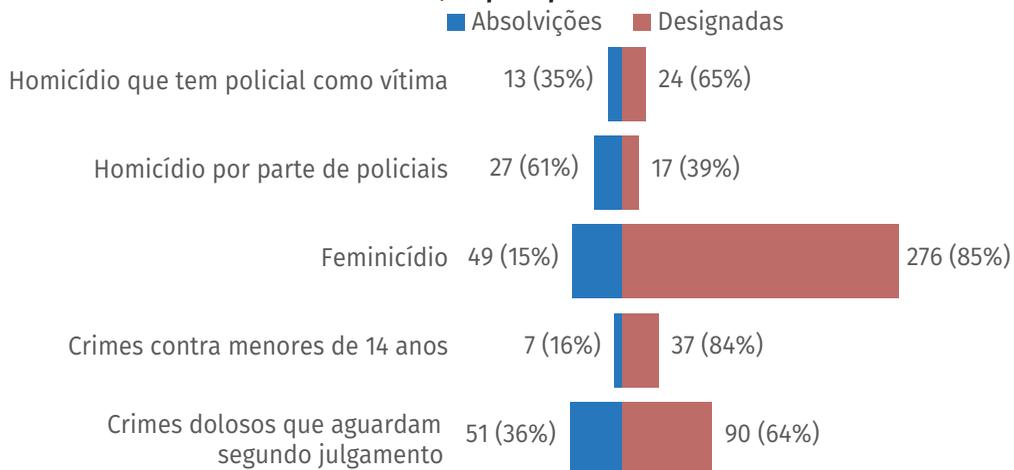


Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

Verifica-se, na Figura 6, que as sessões de tribunal do júri com homicídio por parte de policial apresentaram o menor percentual de condenação entre os tipos analisados (39%). Nas sessões com policiais como vítima, o percentual de condenações foi de (65%).

As sessões de tribunal do júri em processos de feminicídio (85%) e de crimes contra menores de 14 anos de idade (84%) apresentaram os maiores percentuais de condenação entre os tipos analisados. Relembra-se, todavia, que os processos de homicídios contra menores de 14 anos de idade somam menos de 1% dos processos.

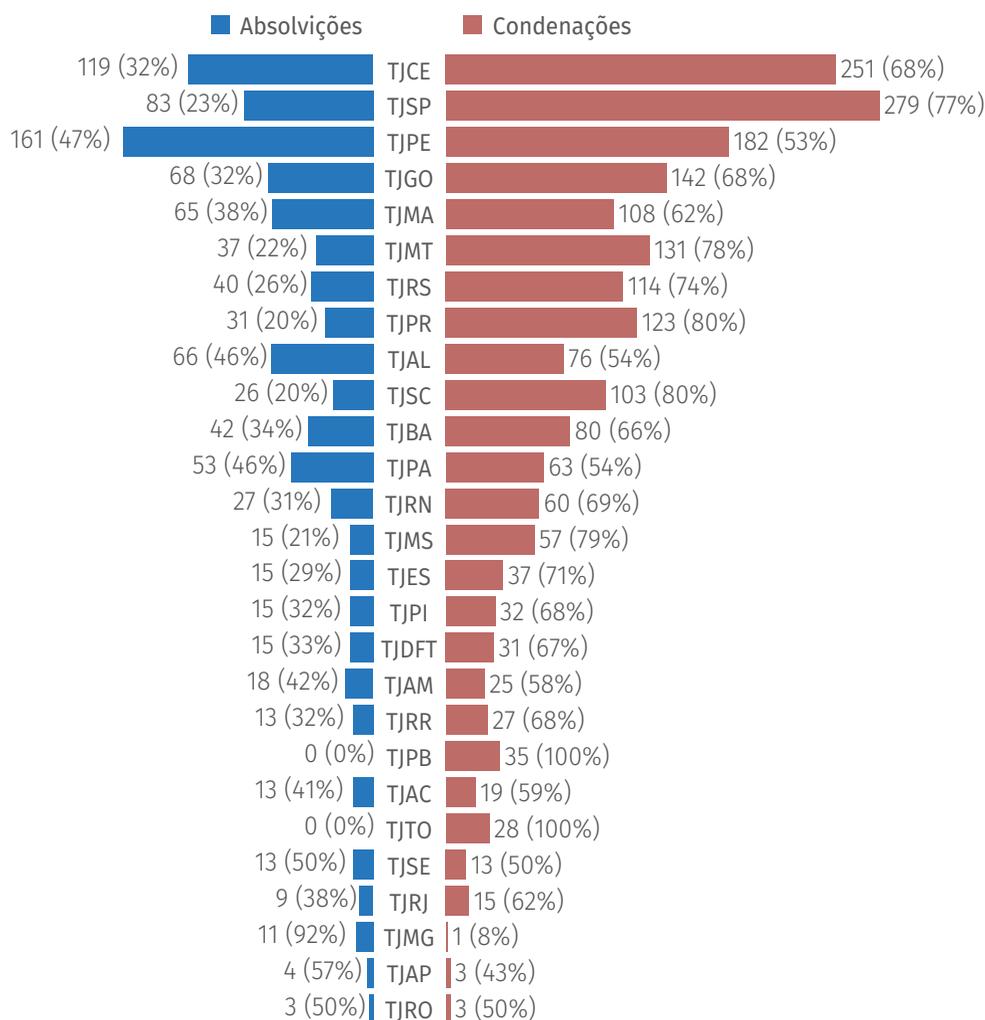
Figura 6 – Total de condenações e absolvições nas sessões do júri realizadas no Mês Nacional do Júri por tipo



Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

Verifica-se, na Figura 7, que os tribunais de justiça dos estados do Tocantins e da Paraíba apresentaram os maiores percentuais de condenações no Mês Nacional do Júri (100%), enquanto o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais teve o maior percentual de absolvições (92%).

Figura 7 – Total de condenações e absolvições nas sessões do júri realizadas no Mês Nacional do Júri por tribunal



Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

Participaram, em regime de mutirão, 1.494 magistrados(as) e 8.124 servidores(as). Foram proferidas 3.583 sentenças, o que equivale a quase duas sentenças e meia por magistrado(a), conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Número de magistrados(as) e servidores(as) que atuaram em regime de mutirão durante o Mês Nacional do Júri por tribunal

Tribunal	Número de magistrados(as)	Número de servidores(as)	Percentual de Participação de magistrados(as)	Percentual de Participação de Servidores(as)	Sentenças proferidas	Sentenças por magistrado(a)
TJAC	7	34	8,4%	0,4%	28	4,0
TJAL	37	396	23,3%	1,7%	125	3,4
TJAM	5	37	2,6%	0,2%	43	8,6
TJAP	33	215	40,7%	2,6%	0	0,0
TJBA	35	209	5,4%	0,5%	108	3,1
TJCE	109	461	23,6%	1,8%	333	3,1
TJDFT	25	174	7,3%	0,4%	46	1,8
TJES	62	545	21,5%	2,0%	73	1,2
TJGO	77	125	20,4%	1,3%	228	3,0
TJMA	65	366	19,6%	1,2%	123	1,9
TJMG	0	0	0,0%	0,0%	557	-
TJMS	49	98	22,3%	1,4%	120	2,4
TJMT	14	48	5,3%	0,3%	30	2,1
TJPA	47	168	13,4%	0,9%	242	5,1
TJPB	18	87	6,9%	0,4%	76	4,2
TJPE	134	456	27,2%	1,7%	482	3,6
TJPI	27	130	16,6%	1,1%	4	0,1
TJPR	299	1.971	34,9%	3,2%	155	0,5
TJRJ	7	35	0,8%	0,1%	7	1,0
TJRN	23	142	11,7%	0,8%	74	3,2
TJRO	21	219	16,7%	0,7%	69	3,3
TJRR	11	59	23,4%	1,1%	33	3,0
TJRS	107	107	13,8%	1,3%	128	1,2
TJSC	54	216	11,2%	0,7%	97	1,8
TJSE	25	23	16,0%	0,8%	24	1,0
TJSP	188	1.719	7,6%	0,5%	340	1,8
TJTO	15	84	12,9%	0,7%	38	2,5
Total	1.494	8.124	12,7%	0,9%	3.583	2,4

Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

A Tabela 2 apresenta os totais e os percentuais de processos pautados no período, em relação ao total de processos pendentes; e de processos com júris realizados, em relação ao total de processos pautados. As Tabelas de 3 a 7 apresentam as mesmas informações, em relação aos processos com crimes praticados contra menores de 14 anos de idade; de feminicídio; de homicídio praticado por policiais; de policial como vítima; e de crimes dolosos que aguardam segundo julgamento.

Tabela 2 – Número de processos pendentes, pautados e com sessão de júri realizada por tribunal

Tribunal	Pendentes	Pendentes com pronúncia	Pautados	Pautados desclassificados	Com júri realizado	Percentual pautados	Percentual com júris realizados
TJAC	227	39	38	0	28	16,7%	73,7%
TJAL	3.068	798	174	5	125	5,7%	71,8%
TJAM	943	580	51	0	44	5,4%	86,3%
TJAP	1.985	484	76	0	72	3,8%	94,7%
TJBA	14.491	3.921	119	5	108	0,8%	90,8%
TJCE	9.038	2.540	457	9	329	5,1%	72,0%
TJDFT	2.586	617	91	0	58	3,5%	63,7%
TJES	5.079	2.901	179	0	85	3,5%	47,5%
TJGO	1.655	391	237	11	218	14,3%	92,0%
TJMA	1.257	489	171	7	132	13,6%	77,2%
TJMG	17.899	4.707	572	2	407	3,2%	71,2%
TJMS	2.044	652	508	17	473	24,9%	93,1%
TJMT	3.771	929	165	0	120	4,4%	72,7%
TJPA	8.234	825	140	6	101	1,7%	72,1%
TJPB	4.279	1.053	75	3	200	1,8%	266,7%
TJPE	17.286	3.597	588	10	449	3,4%	76,4%
TJPI	3.658	746	67	6	16	1,8%	23,9%
TJPR	10.777	3.853	249	1	178	2,3%	71,5%
TJRJ	9.516	2.482	400	1	182	4,2%	45,5%
TJRN	2.189	505	93	6	77	4,2%	82,8%
TJRO	1.259	326	253	5	70	20,1%	27,7%
TJRR	1.676	334	33	0	30	2,0%	90,9%
TJRS	20.131	4.128	319	0	167	1,6%	52,4%
TJSC	3.791	1.245	127	3	97	3,4%	76,4%
TJSE	2.064	408	81	1	35	3,9%	43,2%
TJSP	6.629	1.578	496	43	340	7,5%	68,5%
TJTO	2.698	641	65	0	46	2,4%	70,8%
Total	158.230	40.769	5.824	141	4.187	3,7%	71,9%

Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

Tabela 3 – Número de processos de crimes praticados contra menores de 14 anos de idade pautados e com sessão de júri realizada por tribunal

Tribunal	Pautados	Pautados desclassificados	Com júri realizado	Percentual realizados
TJAC	1	0	0	0,0%
TJAL	2	0	2	100,0%
TJAM	2	0	1	50,0%
TJAP	0	0	0	-
TJBA	2	1	2	100,0%
TJCE	6	1	5	83,3%
TJDFT	0	0	0	-
TJES	0	0	0	-
TJGO	2	0	2	100,0%
TJMA	1	0	1	100,0%
TJMG	2	0	0	0,0%
TJMS	0	0	0	-
TJMT	0	0	0	-
TJPA	2	1	2	100,0%
TJPB	0	0	0	-
TJPE	3	0	2	66,7%
TJPI	1	0	1	100,0%
TJPR	3	0	3	100,0%
TJRJ	0	0	0	-
TJRN	0	0	0	-
TJRO	2	0	0	0,0%
TJRR	0	0	0	-
TJRS	4	0	1	25,0%
TJSC	4	0	4	100,0%
TJSE	1	0	1	100,0%
TJSP	13	2	10	76,9%
TJTO	0	0	0	-
Total	51	5	37	72,5%

Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

Tabela 4 – Número de processos de feminicídio pautados e com sessão de júri realizada por tribunal

Tribunal	Pautados	Pautados desclassificados	Com júri realizado	Percentual realizados
TJAC	8	1	8	100,0%
TJAL	11	0	11	100,0%
TJAM	11	0	9	81,8%
TJAP	5	0	5	100,0%
TJBA	22	1	22	100,0%
TJCE	37	2	29	78,4%
TJDFT	7	0	10	142,9%
TJES	6	0	5	83,3%
TJGO	19	2	18	94,7%
TJMA	14	0	11	78,6%
TJMG	68	2	64	94,1%
TJMS	57	6	52	91,2%
TJMT	8	0	4	50,0%
TJPA	22	1	7	31,8%
TJPB	6	0	11	183,3%
TJPE	17	0	17	100,0%
TJPI	10	1	3	30,0%
TJPR	36	0	27	75,0%
TJRJ	64	0	26	40,6%
TJRN	4	0	2	50,0%
TJRO	9	2	6	66,7%
TJRR	3	1	3	100,0%
TJRS	27	0	16	59,3%
TJSC	21	1	20	95,2%
TJSE	7	0	5	71,4%
TJSP	77	7	58	75,3%
TJTO	8	0	6	75,0%
Total	584	27	455	77,9%

Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

Tabela 5 – Número de processos em que o homicídio foi praticado por policiais pautados e com sessão de júri realizada

Tribunal	Pautados	Pautados desclassificados	Com júri realizado	Percentual realizados
TJAC	0	0	0	-
TJAL	1	0	1	100,0%
TJAM	4	0	1	25,0%
TJAP	3	0	3	100,0%
TJBA	3	0	3	100,0%
TJCE	2	0	1	50,0%
TJDFT	0	0	0	-
TJES	0	0	0	-
TJGO	3	0	3	100,0%
TJMA	3	0	3	100,0%
TJMG	3	0	2	66,7%
TJMS	0	0	0	-
TJMT	2	0	2	100,0%
TJPA	5	0	3	60,0%
TJPB	2	0	2	100,0%
TJPE	6	1	5	83,3%
TJPI	0	0	0	-
TJPR	0	0	0	-
TJRJ	0	0	0	-
TJRN	3	0	2	66,7%
TJRO	0	0	0	-
TJRR	0	0	0	-
TJRS	0	0	0	-
TJSC	0	0	0	-
TJSE	0	0	0	-
TJSP	12	1	7	58,3%
TJTO	0	0	0	-
Total	52	2	38	73,1%

Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

Tabela 6 – Número de processos em que a vítima é policial pautados e com sessão de júri realizada por tribunal

Tribunal	Pautados	Pautados desclassificados	Com júri realizado	Percentual realizados
TJAC	0	0	0	-
TJAL	1	0	1	100,0%
TJAM	0	0	0	-
TJAP	0	0	0	-
TJBA	1	0	1	100,0%
TJCE	6	1	6	100,0%
TJDFT	0	0	0	-
TJES	0	0	0	-
TJGO	0	0	0	-
TJMA	1	0	1	100,0%
TJMG	5	0	5	100,0%
TJMS	0	0	0	-
TJMT	0	0	0	-
TJPA	0	0	0	-
TJPB	0	0	0	-
TJPE	6	1	6	100,0%
TJPI	1	1	1	100,0%
TJPR	0	0	0	-
TJRJ	1	0	0	0,0%
TJRN	5	0	5	100,0%
TJRO	0	0	0	-
TJRR	1	0	1	100,0%
TJRS	2	0	0	0,0%
TJSC	0	0	0	-
TJSE	0	0	0	-
TJSP	12	2	10	83,3%
TJTO	0	0	0	-
Total	42	5	37	88,1%

Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

Tabela 7 – Número de processos de crimes dolosos que aguardam segundo julgamento pautados e com sessão de júri realizada por tribunal

Tribunal	Pautados	Pautados desclassificados	Com júri realizado	Percentual realizados
TJAC	0	0	0	-
TJAL	5	0	5	100,0%
TJAM	1	0	0	0,0%
TJAP	0	0	0	-
TJBA	0	0	0	-
TJCE	11	3	10	90,9%
TJDFT	0	0	0	-
TJES	43	0	17	39,5%
TJGO	1	0	1	100,0%
TJMA	8	0	2	25,0%
TJMG	44	0	19	43,2%
TJMS	9	0	9	100,0%
TJMT	18	0	17	94,4%
TJPA	15	1	2	13,3%
TJPB	2	0	1	50,0%
TJPE	22	3	13	59,1%
TJPI	1	1	1	100,0%
TJPR	6	0	2	33,3%
TJRJ	1	0	1	100,0%
TJRN	2	0	4	200,0%
TJRO	1	1	65	6.500,0%
TJRR	1	0	1	100,0%
TJRS	31	0	14	45,2%
TJSC	3	0	2	66,7%
TJSE	3	0	0	0,0%
TJSP	0	0	0	-
TJTO	0	0	0	-
Total	228	9	186	81,6%

Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

A Tabela 8 apresenta os totais de sessões de tribunal do júri designadas e realizadas e os quantitativos e percentuais de réus ou rés condenados(as) e absolvidos(as). As Tabelas de 9 a 13 apresentam as mesmas informações em relação aos processos com crimes praticados contra menores de 14 anos de idade; de feminicídio; de homicídio praticado por policiais; de policial como vítima; e crimes dolosos que aguardam segundo julgamento.

Tabela 8 – Número de sessões do júri designadas, realizadas e número de réus(rés) por tribunal

Tribunal	Designadas	Realizadas	Réus (rés) condenados(as)	Réus (rés) absolvidos(as)	Júris realizados	% Réus(rés) condenados(as)	% Réus(rés) absolvidos(as)
TJAC	39	28	19	13	71,8%	59,4%	40,6%
TJAL	174	125	76	66	71,8%	53,5%	46,5%
TJAM	52	41	25	18	78,8%	58,1%	41,9%
TJAP	76	74	3	4	97,4%	42,9%	57,1%
TJBA	119	108	80	42	90,8%	65,6%	34,4%
TJCE	459	329	251	119	71,7%	67,8%	32,2%
TJDFT	91	59	31	15	64,8%	67,4%	32,6%
TJES	143	179	37	15	125,2%	71,2%	28,8%
TJGO	252	233	142	68	92,5%	67,6%	32,4%
TJMA	165	150	108	65	90,9%	62,4%	37,6%
TJMG	587	423	1	11	72,1%	8,3%	91,7%
TJMS	538	494	57	15	91,8%	79,2%	20,8%
TJMT	184	142	131	37	77,2%	78,0%	22,0%
TJPA	134	101	63	53	75,4%	54,3%	45,7%
TJPB	27	200	35	0	740,7%	100,0%	0,0%
TJPE	588	449	182	161	76,4%	53,1%	46,9%
TJPI	40	19	32	15	47,5%	68,1%	31,9%
TJPR	263	184	123	31	70,0%	79,9%	20,1%
TJRJ	224	181	15	9	80,8%	62,5%	37,5%
TJRN	92	76	60	27	82,6%	69,0%	31,0%
TJRO	96	70	3	3	72,9%	50,0%	50,0%
TJRR	33	33	27	13	100,0%	67,5%	32,5%
TJRS	327	168	114	40	51,4%	74,0%	26,0%
TJSC	127	97	103	26	76,4%	79,8%	20,2%
TJSE	81	35	13	13	43,2%	50,0%	50,0%
TJSP	523	357	279	83	68,3%	77,1%	22,9%
TJTO	65	46	28	0	70,8%	100,0%	0,0%
Total	5.499	4.401	2.038	962	80,0%	67,9%	32,1%

Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

Tabela 9 – Número de sessões do júri designadas e realizadas nos processos de crimes praticados contra menores de 14 anos de idade, por tribunal

Tribunal	Designadas	Realizadas	Réus(rés) condenados(as)	Réus(rés) absolvidos(as)	Júris realizados	% Réus(rés) condenados(as)	% Réus(rés) absolvidos(as)
TJAC	0	0	0	0	-	-	-
TJAL	2	2	2	0	100,0%	100,0%	0,0%
TJAM	2	1	1	0	50,0%	100,0%	0,0%
TJAP	0	0	0	0	-	-	-
TJBA	2	2	1	1	100,0%	50,0%	50,0%
TJCE	5	6	6	1	120,0%	85,7%	14,3%
TJDFT	0	0	0	0	-	-	-
TJES	0	0	0	0	-	-	-
TJGO	2	2	2	0	100,0%	100,0%	0,0%
TJMA	1	1	1	0	100,0%	100,0%	0,0%
TJMG	1	0	0	0	0,0%	-	-
TJMS	0	0	0	0	-	-	-
TJMT	0	0	0	0	-	-	-
TJPA	2	2	1	1	100,0%	50,0%	50,0%
TJPB	0	0	0	0	-	-	-
TJPE	3	2	2	1	66,7%	66,7%	33,3%
TJPI	1	1	0	0	100,0%	-	-
TJPR	3	3	3	0	100,0%	100,0%	0,0%
TJRJ	0	0	0	0	-	-	-
TJRN	0	0	0	0	-	-	-
TJRO	1	0	0	0	0,0%	-	-
TJRR	0	0	0	0	-	-	-
TJRS	1	1	5	0	100,0%	100,0%	0,0%
TJSC	4	4	4	1	100,0%	80,0%	20,0%
TJSE	1	1	0	1	100,0%	0,0%	100,0%
TJSP	15	11	9	1	73,3%	90,0%	10,0%
TJTO	0	0	0	0	-	-	-
Total	46	39	37	7	84,8%	84,1%	15,9%

Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

Tabela 10 – Número de sessões do júri designadas e realizadas nos processos de feminicídio, por tribunal

Tribunal	Designadas	Realizadas	Réus condenados	Réus absolvidos	Júris realizados	% Réus condenados	% Réus absolvidos
TJAC	8	8	7	1	100,0%	87,5%	12,5%
TJAL	11	11	10	2	100,0%	83,3%	16,7%
TJAM	11	9	7	2	81,8%	77,8%	22,2%
TJAP	5	5	3	1	100,0%	75,0%	25,0%
TJBA	22	22	21	2	100,0%	91,3%	8,7%
TJCE	37	29	25	4	78,4%	86,2%	13,8%
TJDFT	7	10	8	1	142,9%	88,9%	11,1%
TJES	1	6	5	0	600,0%	100,0%	0,0%
TJGO	19	18	13	3	94,7%	81,2%	18,8%
TJMA	14	14	13	1	100,0%	92,9%	7,1%
TJMG	82	78	0	0	95,1%	-	-
TJMS	60	55	9	1	91,7%	90,0%	10,0%
TJMT	8	4	4	0	50,0%	100,0%	0,0%
TJPA	17	7	14	5	41,2%	73,7%	26,3%
TJPB	1	11	4	1	1.100,0%	80,0%	20,0%
TJPE	17	17	8	10	100,0%	44,4%	55,6%
TJPI	9	4	4	1	44,4%	80,0%	20,0%
TJPR	36	27	22	2	75,0%	91,7%	8,3%
TJRJ	32	26	4	1	81,2%	80,0%	20,0%
TJRN	4	2	0	2	50,0%	0,0%	100,0%
TJRO	6	6	0	0	100,0%	-	-
TJRR	3	3	2	1	100,0%	66,7%	33,3%
TJRS	28	16	13	0	57,1%	100,0%	0,0%
TJSC	21	20	18	2	95,2%	90,0%	10,0%
TJSE	7	5	2	2	71,4%	50,0%	50,0%
TJSP	77	58	55	4	75,3%	93,2%	6,8%
TJTO	8	7	5	0	87,5%	100,0%	0,0%
Total	551	478	276	49	86,8%	84,9%	15,1%

Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

Tabela 11 – Número de sessões do júri designadas e realizadas nos processos em que o homicídio foi praticado por policial, por tribunal

Tribunal	Designadas	Realizadas	Réus(rés) condenados(as)	Réus(rés) absolvidos(as)	Júris realizados	% Réus(rés) condenados(as)	% Réus(rés) absolvidos(as)
TJAC	0	0	0	0	-	-	-
TJAL	1	1	1	0	100,0%	100,0%	0,0%
TJAM	3	1	0	0	33,3%	-	-
TJAP	3	3	0	6	100,0%	0,0%	100,0%
TJBA	3	3	0	6	100,0%	0,0%	100,0%
TJCE	2	1	2	1	50,0%	66,7%	33,3%
TJDFT	0	0	0	0	-	-	-
TJES	0	0	0	0	-	-	-
TJGO	3	3	1	2	100,0%	33,3%	66,7%
TJMA	3	3	3	0	100,0%	100,0%	0,0%
TJMG	2	1	0	0	50,0%	-	-
TJMS	0	0	0	0	-	-	-
TJMT	4	2	0	0	50,0%	-	-
TJPA	5	3	0	3	60,0%	0,0%	100,0%
TJPB	2	2	1	2	100,0%	33,3%	66,7%
TJPE	6	5	4	6	83,3%	40,0%	60,0%
TJPI	0	0	0	0	-	-	-
TJPR	0	0	0	0	-	-	-
TJRJ	0	0	0	0	-	-	-
TJRN	3	2	1	0	66,7%	100,0%	0,0%
TJRO	0	0	0	0	-	-	-
TJRR	0	0	0	0	-	-	-
TJRS	0	0	0	0	-	-	-
TJSC	0	0	0	0	-	-	-
TJSE	0	0	0	0	-	-	-
TJSP	12	7	4	1	58,3%	80,0%	20,0%
TJTO	0	0	0	0	-	-	-
Total	52	37	17	27	71,2%	38,6%	61,4%

Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

Tabela 12 – Número de sessões do júri designadas e realizadas nos processos que têm como vítima o(a) policial, por tribunal

Tribunal	Designadas	Realizadas	Réus(rés) condenados(as)	Réus(rés) absolvidos(as)	Júris realizados	% Réus(rés) condenados(as)	% Réus(rés) absolvidos(as)
TJAC	0	0	0	0	-	-	-
TJAL	1	1	1	0	100,0%	100,0%	0,0%
TJAM	0	0	0	0	-	-	-
TJAP	0	0	0	0	-	-	-
TJBA	1	1	0	3	100,0%	0,0%	100,0%
TJCE	9	6	5	2	66,7%	71,4%	28,6%
TJDFT	0	0	0	0	-	-	-
TJES	0	0	0	0	-	-	-
TJGO	0	0	0	0	-	-	-
TJMA	1	1	1	1	100,0%	50,0%	50,0%
TJMG	4	1	0	0	25,0%	-	-
TJMS	0	0	0	0	-	-	-
TJMT	0	0	0	0	-	-	-
TJPA	0	0	0	0	-	-	-
TJPB	0	0	0	0	-	-	-
TJPE	6	6	5	2	100,0%	71,4%	28,6%
TJPI	1	1	0	0	100,0%	-	-
TJPR	0	0	0	0	-	-	-
TJRJ	0	0	0	0	-	-	-
TJRN	5	5	4	2	100,0%	66,7%	33,3%
TJRO	0	0	0	0	-	-	-
TJRR	1	1	0	1	100,0%	0,0%	100,0%
TJRS	2	0	0	0	0,0%	-	-
TJSC	0	0	0	0	-	-	-
TJSE	0	0	0	0	-	-	-
TJSP	12	10	8	2	83,3%	80,0%	20,0%
TJTO	0	0	0	0	-	-	-
Total	43	33	24	13	76,7%	64,9%	35,1%

Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

Tabela 13 – Número de sessões do júri designadas e realizadas nos processos que aguardam segundo julgamento, por tribunal

Tribunal	Designadas	Realizadas	Réus(rés) condenados(as)	Réus(rés) absolvidos(as)	Júris realizados	% Réus(rés) condenados(as)	% Réus(rés) absolvidos(as)
TJAC	0	0	0	0	-	-	-
TJAL	5	5	1	7	100,0%	12,5%	87,5%
TJAM	1	0	0	0	0,0%	-	-
TJAP	0	0	0	0	-	-	-
TJBA	0	0	0	0	-	-	-
TJCE	13	12	4	10	92,3%	28,6%	71,4%
TJDFT	1	1	2	0	100,0%	100,0%	0,0%
TJES	37	43	7	4	116,2%	63,6%	36,4%
TJGO	1	1	1	0	100,0%	100,0%	0,0%
TJMA	8	2	0	2	25,0%	0,0%	100,0%
TJMG	77	15	0	3	19,5%	0,0%	100,0%
TJMS	17	16	17	3	94,1%	85,0%	15,0%
TJMT	19	14	28	2	73,7%	93,3%	6,7%
TJPA	4	3	3	0	75,0%	100,0%	0,0%
TJPB	1	1	1	0	100,0%	100,0%	0,0%
TJPE	22	13	6	13	59,1%	31,6%	68,4%
TJPI	1	1	0	1	100,0%	0,0%	100,0%
TJPR	6	4	0	0	66,7%	-	-
TJRJ	1	1	1	0	100,0%	100,0%	0,0%
TJRN	5	5	4	1	100,0%	80,0%	20,0%
TJRO	74	65	6	3	87,8%	66,7%	33,3%
TJRR	1	1	1	0	100,0%	100,0%	0,0%
TJRS	13	10	6	2	76,9%	75,0%	25,0%
TJSC	3	2	2	0	66,7%	100,0%	0,0%
TJSE	3	0	0	0	0,0%	-	-
TJSP	0	0	0	0	-	-	-
TJTO	0	0	0	0	-	-	-
Total	313	215	90	51	68,7%	63,8%	36,2%

Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

A Tabela 14 apresenta as séries históricas de sessões designadas e realizadas, de 2016 a 2023, por tribunal, enquanto a Tabela 15 apresenta as séries históricas de réus ou réas condenados(as). Acresce-se, por fim, a Tabela 16, que mostra a série de réus ou réas absolvidos(as), durante o programa Mês Nacional do Júri.

Tabela 14 – Número de sessões do júri designadas e realizadas por ano e tribunal

Tribunal	Designadas					Realizadas				
	2017	2018	2019	2022	2023	2017	2018	2019	2022	2023
TJAC	86	3	95	18	39	69	3	80	21	28
TJAL	138	150	138	187	174	99	145	123	120	125
TJAM	67	60	163	100	52	50	52	112	59	41
TJAP	61	76	85	63	76	61	65	72	35	74
TJBA	312	235	116	165	119	216	182	78	76	108
TJCE	494	408	385	306	459	336	319	294	136	329
TJDFT	189	150	126	63	91	158	119	101	53	59
TJES	115	118	192	43	143	64	96	151	79	179
TJGO	179	175	317	125	252	155	146	270	111	233
TJMA	165	81	53	142	165	128	62	38	116	150
TJMG	495	484	618	471	587	290	391	478	278	423
TJMS	124	138	140	182	538	112	138	116	158	494
TJMT	270	208	221	101	184	183	133	142	75	142
TJPA	182	157	105	163	134	162	122	93	95	101
TJPB	118	181	135	73	27	92	114	125	45	200
TJPE	550	512	426	261	588	371	332	265	115	449
TJPI	66	72	68	45	40	30	46	39	30	19
TJPR	229	157	149	202	263	204	141	125	161	184
TJRJ	197	160	264	109	224	145	89	180	76	181
TJRN	53	167	184	111	92	48	139	159	90	76
TJRO	93	90	91	99	96	82	76	77	71	70
TJRR	41	50	66	18	33	35	42	48	13	33
TJRS	434	396	213	262	327	245	189	167	142	168
TJSC	93	84	96	138	127	73	65	79	120	97
TJSE	121	112	106	57	81	84	104	56	38	35
TJSP	645	264	414	457	523	586	188	266	323	357
TJTO	48	46	59	87	65	34	33	41	46	46
Total	5.565	4.734	5.025	4.048	5.499	4.112	3.531	3.775	2.682	4.401

Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

Tabela 15 – Número de réus ou rés condenados(as) por ano e tribunal

Tribunal	Condenações 2016	Condenações 2017	Condenações 2018	Condenações 2019	Condenações 2022	Condenações 2023
TJAC	3	62	3	88	21	19
TJAL	41	63	97	83	90	76
TJAM	25	42	22	56	31	25
TJAP	26	36	43	48	23	3
TJBA	58	115	106	45	71	80
TJCE	255	140	217	191	152	251
TJDFT	126	120	96	93	41	31
TJES	51	71	83	112	38	37
TJGO	9	101	101	156	70	142
TJMA	97	78	34	29	81	108
TJMG	367	22	354	389	7	1
TJMS	88	95	109	29	18	57
TJMT	155	119	84	95	81	131
TJPA	59	88	75	55	75	63
TJPB	7	51	66	106	22	35
TJPE	341	228	217	103	120	182
TJPI	6	16	28	25	20	32
TJPR	166	150	108	101	143	123
TJRJ	73	81	60	91	60	15
TJRN	99	44	103	142	59	60
TJRO	76	64	70	65	72	3
TJRR	12	22	29	31	11	27
TJRS	233	183	143	141	93	114
TJSC	-	69	64	71	104	103
TJSE	37	22	38	39	16	13
TJSP	169	0	178	232	281	279
TJTO	12	7	5	1	45	28
Total	2.591	2.089	2.533	2.617	1.845	2.038

Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

Tabela 16 – Número de réus ou rés absolvidos(as) por ano e tribunal

Tribunal	Absolvições 2016	Absolvições 2017	Absolvições 2018	Absolvições 2019	Absolvições 2022	Absolvições 2023
TJAC	-	21	0	30	10	13
TJAL	37	41	57	55	61	66
TJAM	4	20	33	42	29	18
TJAP	17	17	20	35	16	4
TJBA	31	59	50	24	33	42
TJCE	161	203	164	132	57	119
TJDFT	60	38	31	25	15	15
TJES	23	26	37	75	9	15
TJGO	6	40	26	54	33	68
TJMA	58	53	29	15	46	65
TJMG	105	125	119	176	46	11
TJMS	19	33	40	15	8	15
TJMT	65	38	35	28	25	37
TJPA	39	45	53	90	46	53
TJPB	5	65	60	30	24	0
TJPE	282	163	142	114	88	161
TJPI	9	8	21	15	9	15
TJPR	81	76	49	40	101	31
TJRJ	22	63	34	80	26	9
TJRN	71	25	47	48	56	27
TJRO	34	31	16	20	19	3
TJRR	14	12	10	18	2	13
TJRS	162	87	75	35	49	40
TJSC	-	25	11	21	37	26
TJSE	20	10	15	26	19	13
TJSP	57	0	47	75	88	83
TJTO	7	10	2	2	1	0
Total	1.389	1.334	1.223	1.320	953	962

Fonte: Mês Nacional do Júri 2023 DPJ/CNJ.

3. CONCLUSÃO

Este relatório apresentou os dados informados pelos tribunais de justiça brasileiros referentes ao Programa do CNJ denominado *Mês Nacional do Júri*, ocorrido em novembro de 2023. Foram priorizados, para o referido ano, os processos de feminicídio; de crimes praticados contra menores de 14 anos de idade; de homicídio praticado por policiais; de homicídios em que há policial como vítima; e de crimes dolosos que aguardam segundo julgamento.

Os resultados obtidos nas sessões de tribunal do júri nos processos de feminicídio alinham-se àqueles obtidos no artigo Tribunal do júri: condenações e absolvições, de Stemler, Soares e Sadek, publicado em 2017, em que consta que o percentual de condenação dos réus cresce consideravelmente quando a vítima é mulher, atingindo 85%. Esses processos também apresentaram o maior percentual de júris realizados, com 87% do total de sessões designadas, e representaram 11% do total analisado no Mês Nacional Júri.

As sessões de tribunal do júri em que havia homicídio por parte de policiais apresentaram o menor percentual de condenação entre os tipos analisados (39%). O percentual de condenação foi de 65% nas sessões que continham policiais como vítima.

Informações sobre os crimes dolosos contra a vida que aguardam segundo julgamento foram solicitados aos tribunais pela primeira vez e representam 4% do total averiguado. Foram realizadas 69% das sessões designadas e o percentual de condenações foi de 64%.

O Mês Nacional do Júri realizado em novembro de 2023 registrou o maior percentual de réus ou rés condenados(as) (67,9%) da série histórica, ocorreram 2.038 condenações e 962 absolvições, nas 4.401 sessões, permanecendo 40.769 processos com pronúncia pendentes, de um total de 158.230 pendentes, em 30 de novembro de 2023.

Os Tribunais de Justiça do Rio Grande do Sul (20.131), Minas Gerais (17.899) e Pernambuco (17.286) apresentam os maiores acervos de processos pendentes de julgamento. Já o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios destaca-se por apresentar o menor quantitativo de processos pendentes (2.586). Com relação à realização de júris realizados, os Tribunais de Justiça de Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Minas Gerais apresentaram os maiores quantitativos de sessões do júri realizadas.

O esforço concentrado de julgamento dos crimes dolosos contra a vida tem sido bastante relevante em priorizar determinados tipos de processos e desvendar suas estatísticas no âmbito do Poder Judiciário. Além disso, é possível um olhar mais perspicaz para a prestação do serviço jurisdicional.

4. GLOSSÁRIO

Descrição das variáveis que deverão ser medidas pelos tribunais e informadas ao Conselho Nacional de Justiça:

1. Informações de pessoal

1.1. Total de magistrados(as) no mutirão: quantitativo de magistrados(as) que atuaram em regime de mutirão durante o Mês Nacional do Júri.

1.2. Total de servidores(as) no mutirão: quantitativo de servidores(as) que atuaram em regime de mutirão durante o Mês Nacional do Júri.

2. Informações processuais gerais

2.1. Total de processos pautados: quantitativo de ações penais de competência do júri que foram pautadas para serem julgadas durante o Mês Nacional do Júri.

2.2. Total de processos pautados desclassificados: quantitativo de ações penais de competência do júri que foram pautadas para serem julgadas durante o Mês Nacional do Júri e, posteriormente, ainda durante o Mês Nacional do Júri, foram retirados de pauta em razão da desclassificação para outro tipo penal que não seja da competência do júri.

2.3. Total de processos pendentes: quantitativo de ações penais de competência do júri existentes nas unidades judiciárias do tribunal de justiça, em 31 de outubro de 2023, pendentes de julgamento pelo tribunal do júri.

2.4. Total de processos pendentes com pronúncia: quantitativo de ações penais de competência do júri com réus(rés) pronunciados(as) existentes nas unidades judiciárias do tribunal de justiça, em 31 de outubro de 2023, pendentes de julgamento pelo tribunal do júri.

2.5. Total de processos com sessões do júri realizadas: quantitativo de ações penais de competência do júri que tiveram uma ou mais sessões do júri realizadas durante o Mês Nacional do Júri.

2.6. Sessões do júri designadas: quantitativo de sessões do júri que foram designadas (pautadas) para serem realizadas durante o Mês Nacional do Júri.

2.7. Sessões do júri realizadas: quantitativo de sessões do júri efetivamente realizadas durante o Mês Nacional do Júri.

2.8. Réus(rés) condenados(as): quantitativo de réus(rés) em ações penais de competência do júri condenados em sessões do júri durante o Mês Nacional do Júri;

2.9. Réus(rés) absolvidos(as): quantitativo de réus(rés) em ações penais de competência do júri absolvidos(as) em sessões do júri durante do Mês Nacional do Júri.

2.10. Total de sentenças proferidas: quantitativo de sentenças proferidas nas sessões do júri que ocorreram no Mês Nacional do Júri.

3. Informações processuais de crimes de feminicídio

3.1. Total de processos pautados de feminicídio: quantitativo de ações penais de competência do júri que foram pautadas para serem julgadas durante o Mês Nacional do Júri e que envolveram violência contra a mulher.

3.2. Total de processos pautados desclassificados de feminicídio: quantitativo de ações penais de competência do júri que foram pautadas para serem julgadas durante o Mês Nacional do Júri e, posteriormente, ainda durante o Mês Nacional do Júri, foram retirados de pauta em razão da desclassificação para outro tipo de penal que não seja da competência do júri e que envolveram violência contra a mulher.

3.3. Total de processos com sessões do júri realizadas de feminicídio: quantitativo de ações penais de competência do júri que tiveram uma ou mais sessões do júri realizadas durante o Mês Nacional do Júri e que envolveram violência contra a mulher.

3.4. Sessões do júri designadas de feminicídio: quantitativo de sessões do júri que foram designadas (pautadas) para serem realizadas durante o Mês Nacional do Júri em que o homicídio envolveu violência contra a mulher.

3.5. Sessões do júri realizadas de feminicídio: quantitativo de sessões do júri efetivamente realizadas durante o Mês Nacional do Júri em que o homicídio envolveu violência contra a mulher.

3.6. Réus(rés) condenados(as) de feminicídio: quantitativo de réus(rés) em ações penais de competência do júri condenados(as) em sessões do júri durante o Mês Nacional do Júri em que o homicídio envolveu violência contra a mulher.

3.7. Réus(rés) absolvidos(as) de feminicídio: quantitativo de réus(rés) em ações penais de competência do júri absolvidos(as) em sessões do júri durante o Mês Nacional do Júri em que o homicídio envolveu violência contra a mulher.

4. Informações processuais de crimes praticados por policiais

4.1. Total de processos pautados em crimes praticados por policiais: quantitativo de ações penais de competência do júri que foram pautadas para serem julgadas durante o Mês Nacional do Júri, em crimes praticados por policiais no exercício ou não de suas funções.

4.2. Total de processos pautados desclassificados em crimes praticados por policiais: quantitativo de ações penais de competência do júri que foram pautadas para serem julgadas durante o Mês Nacional do Júri e, posteriormente, ainda durante o Mês Nacional do Júri, foram retirados de pauta em razão da desclassificação para outro tipo de penal que não seja da competência do júri, em crimes praticados por policiais no exercício ou não de suas funções.

4.3. Total de processos com sessões do júri realizadas em crimes praticados por policiais: quantitativo de ações penais de competência do júri que tiveram uma ou mais sessões do júri realizadas durante o Mês Nacional do Júri, em crimes praticados por policiais no exercício ou não de suas funções.

4.4. Sessões do júri designadas em crimes praticados por policiais: quantitativo de sessões do júri que foram designadas (pautadas) para serem realizadas durante o Mês Nacional do Júri em crimes praticados por policiais no exercício ou não de suas funções.

4.5. Sessões do júri realizadas em crimes praticados por policiais: quantitativo de sessões do júri efetivamente realizadas durante o Mês Nacional do Júri em crimes praticados por policiais no exercício ou não de suas funções.

4.6. Réus(rés) condenados(as) em crimes praticados por policiais: quantitativo de réus(rés) em ações penais de competência do júri condenados(as) em sessões do júri durante o Mês Nacional do Júri em crimes praticados por policiais no exercício ou não de suas funções.

4.7. Réus(rés) absolvidos(as) em crimes praticados por policiais: quantitativo de réus(rés) em ações penais de competência do júri absolvidos(as) em sessões do júri durante do Mês Nacional do Júri em crimes praticados por policiais no exercício ou não de suas funções.

5. Informações processuais de crimes que têm policiais como vítima

5.1. Total de processos pautados que têm como vítima o(a) policial: quantitativo de ações penais de competência do júri que foram pautadas para serem julgadas durante o Mês Nacional do Júri e que têm como vítima o(a) policial, em serviço ou não.

5.2. Total de processos pautados desclassificados que têm como vítima o(a) policial: quantitativo de ações penais de competência do júri que foram pautadas para serem julgadas durante o Mês Nacional do Júri e, posteriormente, ainda durante o Mês Nacional do Júri, foram retirados de pauta em razão da desclassificação para outro tipo de penal que não seja da competência do Júri, e que têm como vítima o(a) policial, em serviço ou não.

5.3. Total de processos com sessões do júri realizadas que têm como vítima o(a) policial: quantitativo de ações penais de competência do júri que tiveram uma ou mais sessões do júri realizadas durante o Mês Nacional do Júri e que têm como vítima o(a) policial, em serviço ou não.

5.4. Sessões do júri designadas em processos que têm como vítima o(a) policial: quantitativo de sessões do júri que foram designadas (pautadas) para serem realizadas durante o Mês Nacional do Júri em processos que têm como vítima o(a) policial, em serviço ou não.

5.5. Sessões do júri realizadas em processos que têm como vítima o(a) policial: quantitativo de sessões do júri efetivamente realizadas durante o Mês Nacional do Júri em processos que têm como vítima o(a) policial, em serviço ou não.

5.6. Réus(rés) condenados(as) em processos que têm como vítima o(a) policial: quantitativo de réus(rés) em ações penais de competência do júri condenados(as) em sessões do júri durante o Mês Nacional do Júri em processos que têm como vítima o(a) policial, em serviço ou não.

5.7. Réus(rés) absolvidos(as) em processos que têm como vítima o(a) policial: quantitativo de réus(rés) em ações penais de competência do júri absolvidos(as) em sessões do júri durante do Mês Nacional do Júri em processos que têm como vítima o(a) policial, em serviço ou não.

6. Informações processuais de crimes contra menores de 14 anos de idade

6.1. Total de processos pautados em crimes praticados contra menores de 14 anos de idade: quantitativo de ações penais de competência do júri que foram pautadas para serem julgadas durante o Mês Nacional do Júri, em crimes praticados contra menores de 14 anos de idade.

6.2. Total de processos pautados desclassificados em crimes praticados contra menores de 14 anos de idade: quantitativo de ações penais de competência do júri que foram pautadas para serem julgadas durante o Mês Nacional do Júri e, posteriormente, ainda durante o Mês Nacional do Júri, foram retirados de pauta em razão da desclassificação para outro tipo de penal que não seja da competência do júri, em crimes praticados contra menores de 14 anos de idade.

6.3. Total de processos com sessões do júri realizadas em crimes praticados contra menores de 14 anos de idade: quantitativo de ações penais de competência do júri que tiveram uma ou mais sessões do júri realizadas durante o Mês Nacional do Júri, em crimes praticados contra menores de 14 anos de idade.

6.4. Sessões do júri designadas em crimes praticados contra menores de 14 anos de idade: quantitativo de sessões do júri que foram designadas (pautadas) para serem realizadas durante o Mês Nacional do Júri em crimes praticados contra menores de 14 anos de idade.

6.5. Sessões do júri realizadas em crimes praticados contra menores de 14 anos de idade: quantitativo de sessões do júri efetivamente realizadas durante o Mês Nacional do Júri em crimes praticados contra menores de 14 anos de idade.

6.6. Réus(rés) condenados(as) em crimes praticados contra menores de 14 anos de idade: quantitativo de réus(rés) em ações penais de competência do júri condenados(as) em sessões do Júri durante o Mês Nacional do Júri em crimes praticados contra menores de 14 anos de idade.

6.7. Réus(rés) absolvidos(as) em crimes praticados contra menores de 14 anos de idade: quantitativo de réus(rés) em ações penais de competência do júri absolvidos(as) em sessões do júri durante do Mês Nacional do Júri em crimes praticados contra menores de 14 anos de idade.

7. Informações processuais de crimes dolosos contra a vida que aguardam segundo julgamento

7.1. Total de processos pautados de crimes dolosos contra a vida que aguardam segundo julgamento: quantitativo de ações penais de competência do júri que foram pautadas para serem julgadas durante o Mês Nacional do Júri e que aguardam segundo julgamento.

7.2. Total de processos pautados de crimes dolosos contra a vida que aguardam segundo julgamento desclassificados: quantitativo de ações penais de competência do júri que foram pautadas para serem julgadas durante o Mês Nacional do Júri e, posteriormente, ainda durante o Mês Nacional do Júri, foram retirados de pauta em razão da desclassificação para outro tipo de penal que não seja da competência do júri, em crimes que aguardam segundo julgamento.

7.3. Total de processos com sessões do júri realizadas de processos que aguardam segundo julgamento: quantitativo de ações penais de competência do júri que tiveram uma ou mais sessões do júri realizadas durante o Mês Nacional do Júri, em crimes que aguardam segundo julgamento.

7.4. Sessões do júri designadas de crimes dolosos contra a vida em segundo julgamento: quantitativo de sessões do júri que foram designadas (pautadas) para serem realizadas durante o Mês Nacional do Júri em crimes que aguardam segundo julgamento.

7.5. Sessões do júri realizadas em crimes dolosos contra a vida em segundo julgamento: quantitativo de sessões do júri efetivamente realizadas durante o Mês Nacional do Júri em crimes que aguardam segundo julgamento.

7.6. Réus(rés) condenados(as) em crimes dolosos contra a vida em segundo julgamento: quantitativo de réus(rés) em ações penais de competência do júri condenados(as) em sessões do júri durante o Mês Nacional do Júri em crimes que aguardam segundo julgamento.

7.7. Réus(rés) absolvidos(as) de crimes dolosos contra a vida em segundo julgamento: quantitativo de réus(rés) em ações penais de competência do júri absolvidos(as) em sessões do júri durante do Mês Nacional do Júri em crimes que aguardam segundo julgamento.

